

# SUGAR EXPRESS TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 11.896.499/0001-83  
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2019. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	446	133
Contas a receber de clientes	6	366	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.558	407
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	137	154
Outras contas a receber		90	65
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.597</b>	<b>759</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	3.012	2.993
Ativo fiscal diferido	8	2.531	2.473
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>5.543</b>	<b>5.466</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.940</b>	<b>6.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 2017	3.550	10	(2.509)	1.051
Prejuízo do exercício	-	-	(144)	(144)
Em 2018	3.550	10	(2.653)	907
Lucro do exercício	-	-	963	963
Em 2019	3.550	10	(1.690)	1.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Ribeirão Preto e possui as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; atuação como operadora de transporte multimodal; e recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral.

### 2. Base de preparação

**a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 31 de maio de 2019. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. Todas as informações relevantes para a avaliação das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas subsequentemente. **d. Principais estimativas e premissas contábeis significativas** são os prejuízos fiscais (Nota Explicativa nº 8). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Para esse exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC-40 (item 27.a.c.).** A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia a valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

### 3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

### 4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto em casos indicados em contrário. **a. Receita operacional: Serviços de transporte rodoviário:** A receita de serviço é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do transporte rodoviário de açúcar mediante subcontratação de terceiros, sendo determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de frete contratado. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, juros sobre mútuo. **c. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, às supramencionadas. **(i) Exposições fiscais:** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, consequentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **d. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de: **(i) Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela Autoridade Fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de abril de 2019. A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e, com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras. O método de transição adotado pela Companhia é o método de transição retrospectivo com modificação, do qual o respectivo pronunciamento passou a fazer parte do balanço a partir da data de adoção, no caso 1º de abril de 2019, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia. **(ii) Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **• Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9).** **• Investimento em coligada,** em controlada e em empreendimento controlado em conjunto [alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28]. **• Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33/IAS 19).** **• Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.** **• Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS - IFRS 17 - Contratos de Seguros.**

**g. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2018. A Empresa adotou, inicialmente, o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de abril de 2018. O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente: **A. CPC 47 - Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expectativas práticas), com efeito de adoção inicial da norma reconhecido na data de aplicação inicial (ou seja, em 1º de abril de 2018). Consequentemente, a informação apresentada em 31 de março de 2018 não foi representada e, dessa forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC17 e interpretações relacionadas. Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de suas Receitas. **B. CPC 48 - Instrumentos financeiros: (i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 na classificação e na mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado mensurado: a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: **• É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: **• É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.** **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2019.

	Classificação original de acordo com CPC 38	Classificação original de acordo com CPC 48	Valor original CPC 38	Valor original CPC 48
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras	Valor justo	Valor justo	203	-
Banco - conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	243	133
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.378	3.378
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	90	90
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>3.914</b>	<b>3.914</b>

	Classificação original de acordo com CPC 38	Classificação original de acordo com CPC 48	Valor original CPC 38	Valor original CPC 48
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	5	5
Adiantamentos de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado	367	367
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado	5.520	5.520
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado	168	168
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>6.060</b>	<b>6.060</b>

**(ii) Impairment de ativos financeiros:** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Para o contas a receber de clientes, a Companhia optou pela adoção do expediente prático da matriz de provisão por histórico de perda. As perdas de crédito esperadas foram avaliadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos para cada cliente individualmente. A Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Para os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa não foram identificados impactos relevantes, dados os ratings elevados das contrapartes. Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais. **h. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: (i) CPC 06 (R2) Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de abril de 2019. O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isonções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento não vai mudar, o CPC 06 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/aluguéis existentes em 31 de março de 2019 e não foi identificado nenhum impacto significativo. **(ii) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela Autoridade Fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de abril de 2019. A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e, com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras. O método de transição adotado pela Companhia é o método de transição retrospectivo com modificação, do qual o respectivo pronunciamento passou a fazer parte do balanço a partir da data de adoção, no caso 1º de abril de 2019, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia. **(iii) Outras normas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **• Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9).** **• Investimento em coligada,** em controlada e em empreendimento controlado em conjunto [alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28]. **• Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33/IAS 19).** **• Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.** **• Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS - IFRS 17 - Contratos de Seguros.**

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco - conta movimento	243	133
Aplicações financeiras	203	-
	<b>133</b>	<b>133</b>

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados por, aproximadamente, 80% da variação de CDI - Debêntures, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja a Nota Explicativa nº 11.

### 6. Contas a receber de clientes

	2019	2018
Clientes mercado interno	3.378	2.993

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, é divulgada na Nota Explicativa nº 11. Os critérios para avaliação das "perdas de crédito esperadas" estão divulgados na Nota Explicativa nº 4 (g.B.II).

### 7. Impostos e contribuições a recuperar

	2019	2018
PIS/COFINS	1.558	407
<b>Total Impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>1.558</b>	<b>407</b>
IRPJ/CSLL	137	154
<b>Total imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>	<b>137</b>	<b>154</b>
	<b>1.695</b>	<b>561</b>

### 8. Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		
	2019	2018	
Prejuízo fiscal a compensar	2.331	2.473	
<b>Total</b>	<b>2.331</b>	<b>2.473</b>	
Movimentação durante o exercício:			
Prejuízo fiscal a compensar	2018	Reconhecida no resultado	2019
	2.473	(142)	2.331
<b>Total</b>	<b>2.473</b>	<b>(142)</b>	<b>2.331</b>

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

### 9. Adiantamento de clientes

	2019	2018
Clientes mercado interno	367	121

### 10. Outras contas a pagar

	2019	2018
Fretes a pagar	168	76
Outros	-	1
<b>Total</b>	<b>168</b>	<b>77</b>

## DIRETORIA

Luis Roberto Pogetti Diretor Presidente	João Roberto Gonçalves Teixeira Diretor Superintendente	Julio Alvarez Boada Diretor	José Augusto Durand Diretor	Pedro Augusto Paranhos de Oliveira Diretor	Tomás Caetano Manzano Diretor	Vanessa Siqueira Samejima CRC 1SP 238.292-0/0
--	--	--------------------------------	--------------------------------	---	----------------------------------	--

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2019	2018
Receitas líquidas	14	14.582	16.479
Custo dos serviços prestados	15	(12.506)	(16.104)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.076</b>	<b>375</b>
Despesas vendas		(5)	(8)
Despesas administrativas		(212)	(174)
Outras despesas		(1)	(5)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>1.858</b>	<b>188</b>
Receitas financeiras	16	21	106
Despesas financeiras	16	(436)	(512)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(436)</b>	<b>(406)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>1.422</b>	<b>(218)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(317)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 17	(142)	74
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>963</b>	<b>(144)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	2019	2018	
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	963	(144)	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>963</b>	<b>(144)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)			
	2019	2018	
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	963	(144)	
Ajustado por:			
Impostos diferidos	142	(74)	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento)/Diminuição em contas a receber de clientes	(385)	29	
Diminuição em partes relacionadas	651	515	
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(1.134)	(60)	
(Aumento) em outras contas a receber	(25)	(4)	
Aumento/(diminuição) em impostos e contribuições a recolher	95	(152)	
Aumento em outras contas a pagar	91	(9)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(85)	-	
<b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>313</b>	<b>101</b>	
Demons. da variação em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	446	133	
No final do exercício	133	32	
<b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>313</b>	<b>101</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## 11. Instrumentos financeiros

**a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2019 e 2018, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

|--|